

Subversão da Ordem Militar

22.1.58

Já notámos ser militar o regime que, sob a presidência do sr. Juscelino Kubitschek, se está praticando no país. E advertimos que a primeira instituição a sentir as deletérias consequências de tal regime são justamente as Classes Armadas. Isto porque, tal como sucede com a ditadura do proletariado, na qual este, em vez de a exercer, é quem a padece, num regime militar não são os militares, em geral, os que governam, mas somente um pequeno grupo mais ou menos aventureiro, que se vale do prestígio e das armas da sua classe. E' primeiramente contra os militares, principalmente os que se mantêm fiéis ao espirito da sua nobre carreira, que o regime militar se volta.

Temos disto um exemplo no chamado caso Denis, que volve agora à baila. Para satisfazer o interesse político e os compromissos pessoais do Ministro da Guerra, o qual deixando ao sr. Juscelino Kubitschek a missão de reinar e voar, para si reservou a de governar, viu-se obrigado o Congresso Nacional a votar uma lei de exceção, para que o general Denis pudesse continuar na atividade além do prazo legal. E, como se esta subversão não fôsse bastante, esgotando-se agora a imoral dilação, estão-se a procurar meios e modos para que o afortunado general possa continuar a servir o seu poderoso companheiro de armas. Ignora-se ainda qual seja a fórmula preferida. Pouco provável é, porém, que se dê simplesmente uma compensação ao general Denis, permitindo-lhe servir o país por outra forma e em outras plagas: o que ao ministro da Guerra interessa é ter a seu lado a valiosa espada, que tão importante papel desempenhou no dia 11 de novembro.

Aqui está, pois, o que se reduz, num regime militar, e para os militares, a lei, a hierarquia, a disciplina. Tudo varia ao sabor dos interesses ocasionais dos que, aberta ou disfarçadamente, exercem o poder. Em verdade, somente, um regime civil resguarda convenientemente os interesses dos militares, pois com ele podem ser respeitados os seus direitos e manter integra a sua classe. A sizânia cresce inevitavelmente quando um militar, apossando-se do governo, ou nele ditando a lei, passa inevitavelmente a fazer política dentro da sua classe. Exemplo diuturno disto são as tristes repúblicas latino-americanas, onde frequente é haver contra o governo de um general, levantes e revoluções militares.

A semelhante situação nos degradaram os dois sucessivos golpes de 11 e 21 de novembro. Estamos sob o domínio de um militar e do seu grupo; mas não sob um governo que se possa definir como sendo das Classes Armadas. Estas tanto têm com êle, como os civis que, sem remédio, o padecem.

E o mais grave é que, para tal situação, não se vê recurso constitucional. A expiração do mandato do sr. Jus-

celino Kubitschek, que a acoberta, não lhe porá termo. Antes, pelo contrário, a tornará mais evidente, pois, com a geral complacência e covardia, não só das forças políticas, mas também das chamadas Classes Conservadoras, sempre apegadas aos poderosos, se está preparando a elevação do Ministro da Guerra à Presidência da República. Ou a eleição, ou se para ela não houver tempo, ou possibilidade, outra investidura mais característica de tais regimes. A tanto estamos reduzidos.

O remédio, se remédio há, está nas próprias Classes Armadas, que um dia hão-de sentir a necessidade de salvar-se, a si e ao País, da anarquia e do despotismo. Quando isto acontecer, mister será que não se fique a meio caminho, fazendo uma limpeza superficial, mas que se faça uma reforma profunda nos costumes e nas instituições. Tal a ingente responsabilidade, à qual é necessário que elas se vão azevando.